INSTITUTO FEDERAL
PARANÁ

MINISTÉRIO DA

EDUCAÇÃO

PRO-REITORIA DE ENSINO, PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO
DIREÇÃO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DE ENSINO TÉCNICO

PLANO DE ENSINO

1 – IDENTIFICAÇÃO

Curso: Licenciatura em Ciências Biológicas

Componente Curricular: Política Educacional: Organização da Educação Brasileira

Professora: Fernanda Aparecida Pires Fazion

Turma: BIO 2015

Período Letivo: 2º Semestre

Ano Letivo: 2017 **Semestre:** 2º **Carga horária:** 80 (hora aula)
67 (hora relógio)

2 – EMENTA

- As políticas educacionais, a legislação e suas implicações para a organização da atividade escolar.
- Análise das relações entre Educação, Estado e Sociedade.
- Estudo da organização da Educação Brasileira: dimensões históricas, políticas, sociais, econômicas e educacionais.
- Análise da educação na Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96).
- Análise das leis 10.639/03 e 11.645/08 sobre diversidade étnica.

3 – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1º Bimestre

1. As políticas educacionais, a legislação e suas implicações para a organização da atividade escolar.

2. Análise das relações entre Educação, Estado e Sociedade.

3. Estudo da organização da Educação Brasileira: dimensões históricas, políticas, sociais, econômicas e educacionais.

2º Bimestre

1. Análise da educação na Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96).

2. Análise das leis 10.639/03 e 11.645/08 sobre diversidade étnica.

4 - OBJETIVOS DA DISCIPLINA

Objetivo geral:

- Compreender as implicações das políticas educacionais para a organização da educação brasileira, a partir da análise das relações entre Educação, Estado e Sociedade.

Objetivos específicos:

- Compreender as políticas em educação no percurso histórico brasileiro, discutindo suas implicações no sistema educacional e contexto escolar.
- Analisar as relações existentes entre Educação, Estado e Sociedade.
- Caracterizar o contexto social, econômico, histórico e político que orienta as Reformas educacionais no Brasil.
- Relacionar política e educação no contexto da política educacional brasileira.
- Discutir a organização, a gestão e o financiamento da educação brasileira, identificando as atribuições e competências de cada esfera de governo.

- Analisar o contexto da educação local identificando suas dificuldades, impasses e perspectivas.
- Compreender os marcos legais, políticos e pedagógicos nas diferentes instâncias dos sistemas educacionais.
- Analisar a educação na Constituição Federal de 1988.
- Refletir sobre as considerações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96), bem como os Parâmetros Curriculares Nacionais e as Diretrizes Curriculares para o Ensino de Biologia do Estado do Paraná.
- Observar aspectos de leis 10.639/03 e 11.645/08 sobre diversidade étnica.

5 – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Metodologia de ensino

Os procedimentos metodológicos abordarão principalmente aulas expositivas e dialogadas. arquitetados, quando possível, de forma interdisciplinar, com o auxílio dos documentos e textos legais, por meio aulas expositivas, dialogadas e interativas, trabalhos individuais e/ou grupais, debates, pesquisas, seminários, entrevistas, e outros métodos que, por ventura, sejam necessários.

Recursos e materiais

- Sala de aula.
- Lousa.
- Pincéis e apagador para Lousa.
- Laboratório de informática ou notebooks.
- Data – show ou equipamentos de reprodução.
- Livros didáticos.
- Documentos legais.

6 – AVALIAÇÃO

A avaliação perpassa todos os momentos da ação pedagógica e pode ser considerada como um fator do processo educativo que tem por objetivo o de contribuir para desencadear a construção do conhecimento do aluno e redimensionar a prática pedagógica do professor e, por conseguinte, favorecer o processo de ensino e aprendizagem.

Nessa perspectiva, Buriasco[1] salienta que

> a avaliação surge como meio educativo, como estratégia que visa orientar a atividade pedagógica para promover o sucesso dos alunos, de modo que o aluno também tenha o direito de intervir, participando na orientação e regulação de sua aprendizagem e no seu processo de formação. Assim, a avaliação deverá ser constante no cotidiano da aula de modo a orientar e ajustar o processo de ensino e aprendizagem, proporcionando ao professor a possibilidade de melhorar a sua prática pedagógica e, ao aluno, de envolver-se no próprio processo. (BURIASCO, 2004, p. 121)

Levando em consideração as vicissitudes do contexto de sala de aula, é notório que a avaliação enquanto parte de um processo de ensino e aprendizagem, requer que sejam dadas oportunidades aos alunos de modo a demostrarem o que concebem de conhecimentos, suas habilidades e competências, conscientizar de seus erros e insuficiências e, ao professor a de se aproximar do aluno, identificar os caminhos que foram percorridos e sustentar sua prática.

Destarte, o desempenho dos alunos será avaliado de maneira ampla, contínua, gradual, cooperativa e cumulativa, prevalecendo os aspectos qualitativos sobre os quantitativos e também os resultados obtidos ao longo do processo de aprendizagem

---

[1] BURIASCO, R.L.C. Análise da produção escrita: a busca do conhecimento escondido. In: ROMANOWSKI, J. P.; MARTINS, P. L. O.; JUNQUEIRA, S. R. A. (orgs.) Conhecimento local e conhecimento universal: a aula, aulas nas ciências naturais e exatas, aulas nas letras e nas artes. Curitiba: Champagnat, 2004.

por meio de atividades em sala, trabalhos individuais ou em grupos, provas escritas, envolvimento com as atividades e participação em sala de aula.

Os resultados serão apresentados a cada atividade avaliativa, sendo explicitado o diagnóstico feito pelo docente. De acordo com as normas da Instituição, Portaria 120 de 06/08/2009, os alunos receberão os conceitos A, B, C ou D nos períodos determinados pelo IFPR e no final do conteúdo de cada área curricular. De acordo com as seguintes considerações:

Conceito A - quando a aprendizagem do aluno foi PLENA e atingiu os objetivos propostos no processo ensino aprendizagem.

Conceito B - a aprendizagem do aluno foi PARCIALMENTE PLENA e atingiu níveis desejáveis aos objetivos propostos no processo ensino aprendizagem;

Conceito C - a aprendizagem do aluno foi SUFICIENTE e atingiu níveis aceitáveis aos objetivos propostos, sem comprometimento à continuidade no processo ensino aprendizagem;

Conceito D - a aprendizagem do aluno foi INSUFICIENTE e não atingiu os objetivos propostos, comprometendo e/ou inviabilizando o desenvolvimento do processo ensino aprendizagem.

Recuperação Paralela

A temática da recuperação paralela e reforço dos alunos estão contemplados na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei 9394/96 em seu artigo 24, V, que determina que a verificação do rendimento escolar observará o critério da avaliação contínua e da obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar.

Ao assumir a aprendizagem como um processo contínuo, no decorrer das atividades, caso os alunos não apresentem resultados satisfatórios, eis que os conteúdos deverão ser retomados em momentos pertinentes em sala e/ou no atendimento de forma a recuperá-los paralelamente e continuamente, preferencialmente antes das avaliações e antes que o resultado final se concretize.

7 – REFERÊNCIAS

Básica:

- BETONHA, João Fábio. **Geopolítica, defesa e desenvolvimento**: a primeira década do século XXI na América Latina e no mundo. – Maringá: Eduem, 2011.
- GOMES, Nilma Lino. **Um olhar além das fronteiras**: educação e relações raciais. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- LIBÂNEO, José Carlos et al. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2012.
- SAVIANI, Dermeval. **Política e educação no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1988.
- SAVIANI, Dermeval. **Educação brasileira**: estrutura e sistema. 9 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.
- VIEIRA, Sofia L.; FARIAS, Isabel M. S. de. **Política educacional no Brasil**: introdução histórica. Brasília: Liber Livro, 2007.

Complementar:

- MUNANGA, Kabengele (org.) **Superando o racismo na escola**. 2a edição revisada. [Brasília] Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada,

Alfabetização e Diversidade, 2008.

- NEY, Antonio. **Política educacional**: organização e estrutura da educação brasileira. Rio de Janeiro: Wak Ed., 2008.
- PRIORI, Angelo (org.). **O mundo do trabalho e a política**: ensaios interdisciplinares. – Maringá: EDUEM, 2000.
- RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira**: a organização escolar. 20 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.
- SAVIANI, Dermeval. **A nova lei da educação**: trajetória, limites e perspectivas. 12. ed. revista. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.
- SAVIANI, Dermeval. **Da nova LDB ao FUNDEB**: por uma outra política educacional. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2008. (Educação contemporânea).
- SHIROMA, Eneida Oto et al. **Política Educacional**. 3 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

Assis Chateaubriand, 25 de agosto de 2017.

_____

Profa. Fernanda Aparecida Pires Fazion

PROGRAMAÇÃO

- Apresentação.
- Plano de Ensino.
- Questionário investigativo:
  - O que é política?
  - O que é política educacional?
  - Qual a relação entre educação e sociedade?
  - Analise o cenário da Educação atual.
  - O cenário da Educação atual requer mudanças? Quais?
  - Como futuro professor, quais deveres e direitos que você considera necessário garantir para uma educação de qualidade?
  - Você acredita que as leis que regem a educação implicam ou ajudam a ter uma educação de qualidade?
  - O que é ser professor?
- Discussão dos artigos 1º a 4º da Constituição Federal de 1988.
- Mapa conceitual dos artigos 1º a 4º da Constituição Federal de 1988.
- Artigos 205 a 214 da Constituição Federal de 1988.